

*et al.***REIVINDICAR
SEUS 50 ANOS** **ABRIL** **NOS**

Aproxima-se o quinquagésimo aniversário do maior momento político da histórica colectiva do nosso país. Têm-se multiplicado as iniciativas comemorativas e as discussões em torno dos tão aclamados (e disputados) valores de Abril. Nesta edição do nosso boletim perguntamos: será esta uma data para comemorar ou reivindicar?

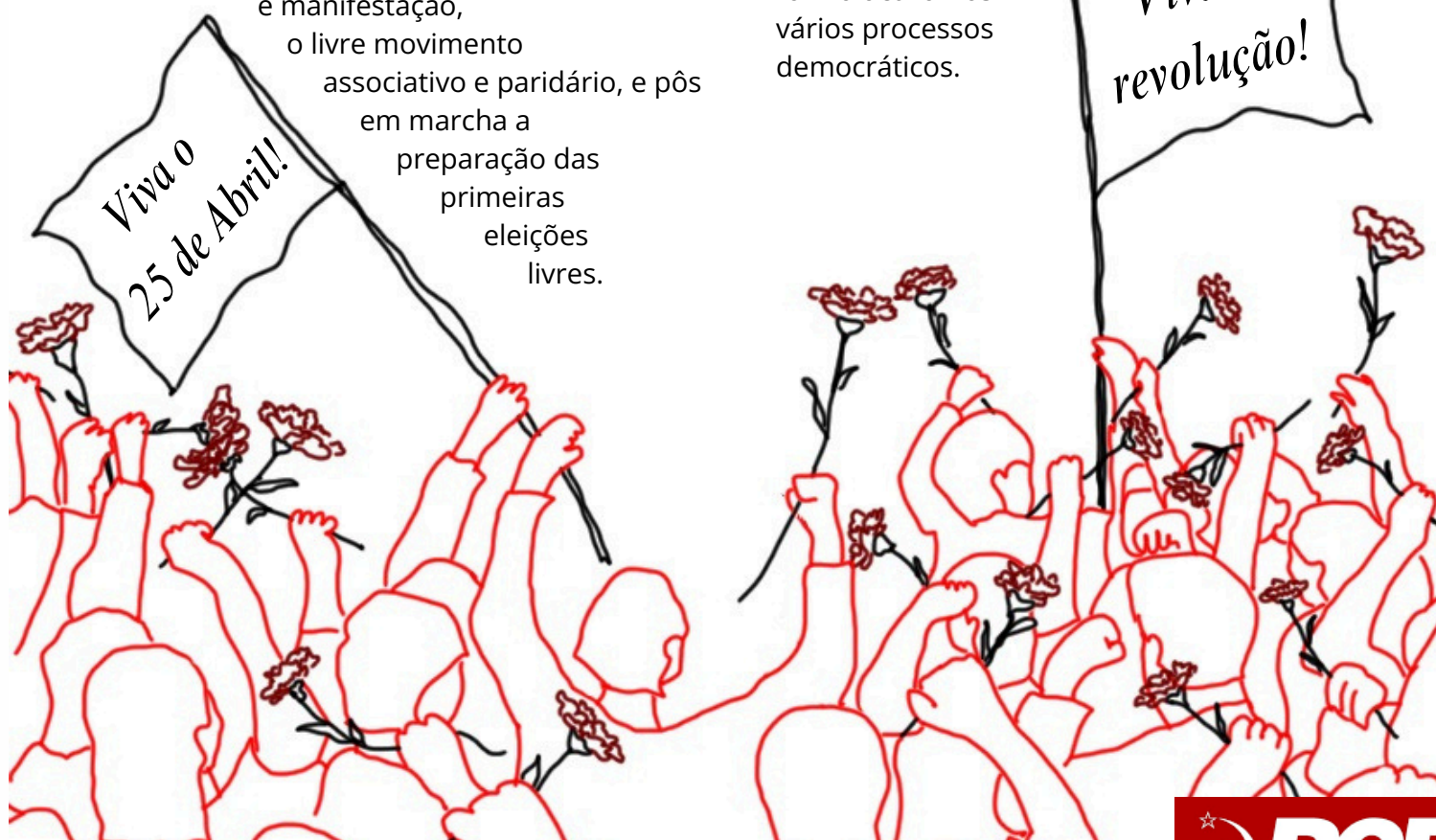
A) Razões para comemorar:

Na altura da revolução, o PCP afirmou que uma democracia madura e consolidada estaria sempre associada ao fortalecimento de 4 pilares fundamentais: político, económico, social, e cultural. São inegáveis os avanços e os direitos conquistados nas várias vertentes. A revolução trouxe no imediato a libertação de todos os presos políticos, o fim da guerra colonial, a liberdade de imprensa, a de

sindicatos e o direito à greve e manifestação, o livre movimento associativo e paridário, e pôs em marcha a preparação das primeiras eleições livres.

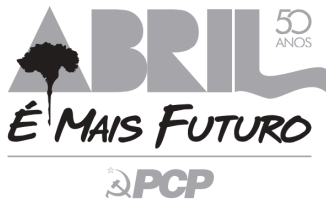
No plano económico realizou-se a reforma agrária, e a nacionalização da banca e de vários sectores produtivos, transformando-se a produção nacional ao serviço do povo. Ligadas às várias conquistas no plano social e cultural, destacamos ainda os muitos avanços na área da educação e da ciência. Basta a evidência de que até 1974, 25% da população era analfabeta, enquanto a frequência no Ensino Superior era mínima e classista. O movimento revolucionário permitiu sonhar com o acesso público e universal a todos os graus de ensino. E com uma ciência que fosse pública, livre e ao serviço de todos.

O 25 de Abril é um processo apoteótico na nossa história coletiva nacional, onde, da luta de décadas (destacando-se, uma vez mais, o PCP enquanto único partido com actividade ininterrupta durante a clandestinidade) emerge um povo unido que toma nas suas mãos o destino das suas vidas, envolvendo-se de forma activa nos vários processos democráticos.



Sejam eles as eleições legislativas, o crescente e dinâmico movimento associativo, a luta por melhores condições de trabalho.

Por tudo isto afirmamos que o 25 de Abril tem de ser comemorado e cumprido, e por tudo isto estaremos contigo e com todos os progressistas e democratas nos desfiles dos próximos dias 25 de Abril e 1 de Maio!



B) Razões para reivindicar:

“Portugal tem a 4.º maior taxa da UE de pessoas que não conseguem aquecer a casa” (sicnoticias.pt, 12/09/2023)

“A habitação é um poço sem fundo. Onde vamos parar se formos financiar a habitação?”, disse a euro-comissária do PS, Elisa Ferreira (15/09/2023)

“Rendas sobem ao ritmo mais acelerado numa década, antes de novo aumento em 2024.” (Público, 17/09/2023)

“O aumento do custo de vida e o preço da habitação estão a deixar mais portugueses em risco de pobreza e há cada vez mais famílias a passar fome.” (sicnoticias.pt, 16/11/2023)

“Crise na habitação: mais de metade dos portugueses com dificuldades em pagar a casa.” (sicnoticias.pt, 16/11/2023).

“Galp aumenta lucro para €1002 milhões e alcança o seu melhor resultado de sempre.” (Expresso, 12/02/2024)

“Sonae vai contestar pagamento de imposto de 1,3 milhões por lucros excessivos” (Jornal de Negócios, 13/03/2024)

Passados 50 anos, é este o Portugal de Abril? Não deixa de ser curioso como tantos se permitem dizer defender os “valores de Abril” sabendo que estes são antagónicos à concentração do poder que advém da apropriação da riqueza que todos produzimos.

Não deixa de ser curioso que ao longo das celebrações do último ano tantos se permitam cantar alegremente os versos da canção do Sérgio Godinho:

«A paz, o pão, habitação/Saúde, educação,
Só há liberdade a sério quando houver
Liberdade de mudar e decidir...»

Sem considerar a importância e real significado do verso que lhe segue: **Quando pertencer ao povo o que o povo produzir!**

Pode haver *Habitação* para todos se não se enfrentam os lucros do sector imobiliário? Pode haver *Pão* para todos se os nossos governos não são capazes de fixar um preço máximo para os bens essenciais?

Pode haver *Saúde* acessível para todos se o próprio Estado alimenta aqueles que vêm na doença mais uma possibilidade de fazer negócio, oferecendo-lhes mais de 50% do orçamento anual público para a saúde? Pode haver *Educação* para todos se não se valorizam docentes, investigadores e técnicos, se não se investe nas instituições e se empurram os custos para os estudantes e as suas famílias?

C) Reivindicar Abril na Ciência

Actualmente, cerca de 90% dos investigadores em Portugal são precários, e cerca de 43% dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) também. **Podemos dizer que são democráticas instituições nas quais a grande maioria dos seus trabalhadores são precários?**

Os trabalhadores científicos vivem de bolsa em bolsa, de contrato em contrato, obrigados a subsidiar o desemprego com dinheiro acumulado ou dependentes de familiares. **É esta uma profissão de acesso universal ou elitista?**

As instituições de ensino superior são cronicamente subfinanciadas e incentivadas a procurar receitas próprias junto de instituições privadas recorrentemente condicionando a sua investigação a critérios de aplicabilidade directa (social ou comercial). **É esta uma ciência livre ou condicionada?**

Os próprios currículos académicos são cada vez mais mercantilistas, otimizados para o empreendedorismo individualista, atingindo o ponto de recusa do carácter histórico, social e filosófico da própria ciência. Esta não se pensa ou crítica, vende-se. **É a ciência valorizada como bem público ou apenas como conhecimento técnico mercantilizado?**

Comemorar Abril é também reivindicá-lo. Comemorar Abril é participar activamente na democracia sem nos deixarmos levar pelo pessimismo da impossibilidade. É sermos solidários com os investigadores ao nosso lado, rejeitando a lógica de competição que nos tentam impor e o isolamento que daí resulta. É agirmos colectivamente rumo à resolução dos nossos problemas laborais e com vista a uma ciência que possa de facto ser feita por todos e para todos.

Se hoje parece impossível, o amanhã de acreditarmos todos, indicará o caminho da possibilidade.

Por tudo isto, o PCP está contigo na rua, nos dias 25 de Abril e 1 de Maio. Por tudo isto, estamos contigo nas Escolas, Institutos e Centros de Investigação da UL todos os dias.

BEM ME QUER, MAL ME QUER: 20 ANOS DA CARTA EUROPEIA DO INVESTIGADOR

Não é porque queremos muito que uma coisa seja verdade que ela o é. Fosse assim, talvez o idealismo já tivesse resolvido as guerras pelo mundo, já tivesse erradicado a pobreza, já tivesse igualado rendimentos e custo de vida dentro da União Europeia, e, quiçá, se quiséssemos mesmo, mesmo muito, já tivesse feito cumprir os quase vinte anos da Carta Europeia do Investigador (CEI) e do Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores (CCRI). Mas se não é a ideia que muda o mundo, se calhar essa tarefa está reservada para as acções que tomamos nele. Não é porque queremos muito que uma coisa seja verdade que ela o é; mas o que se faz, o que existe factualmente, é verdade. E é informados com o que é, que temos como mudar o que está mal.

Em Portugal, no sector do Ensino Superior e da Investigação Científica, a preocupação com as eleições de 9 de junho para o Parlamento Europeu (PE) deve ser categórica. Considerando os dados recentes, que colocam o número de trabalhadores em situação precária na casa dos 90%, e somando a isto o programa eleitoral e o programa da coligação da AD, as reivindicações dos docentes e dos investigadores parecem estar cada vez mais longe da agenda política.

Mas se para uns a solução são os mecenatos, as parcerias e a flexibilidade; para os comunistas, os problemas estão a nu, e são gritantes. Cabe visitar estes últimos 5 anos de debate e construção política europeia, e olhar para o que foi discutido e legislado no PE. E por quem.

Durante o seu mandato, os 2 deputados do PCP no PE defenderam a importância das actividades de investigação e desenvolvimento (I&D), no contexto de um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia de qualidade e dotado dos recursos necessários. Qual o caminho para a valorização pública da ciência defendida pelo PCP?

- **Defesa dos direitos laborais dos investigadores e dos trabalhadores científicos, pela valorização das suas carreiras, por contratos de trabalho com vínculos estáveis e acesso digno à segurança social; e**
- **Fim de estatutos ou regimes centrados em bolsas de investigação, como o Estatuto do Bolseiro de Investigação em Portugal.**

Para tal, é essencial fazer cumprir os direitos laborais consagrados nos quase vinte anos de CEI e do CCRI, reconhecendo que não há liberdade de criação e produção científica e intelectual enquanto houver precariedade no sector.

O caminho político para o cumprimento integral dos direitos laborais de todos os trabalhadores científicos não vai ser trilhado por forças políticas para as quais a precariedade é vista como uma componente intrínseca ao teu percurso.

«Nós não podemos resolver a questão da precariedade acabando com uma coisa que é importante, que existe em todo o lado, que é o estatuto do bolseiro, para quem, é verdade, está no seu período de formação, está a formar.» (Maria da Graça Carvalho, Ministra do Ambiente e Energia de Portugal, na altura eurodeputada do PSD, no Debate sobre Ciência e Inovação em Portugal, 29/02/24)

Nem para os que vêem no conhecimento um mero instrumento acrítico e despolitizado à mercê do inquestionável poder dos mercados em decidirem o nosso futuro, camuflado em narrativas de “competitividade” e “inovação inteligente”:

«A estratégia [para a ciência em Portugal] não tem necessariamente de passar por mais dinheiro mas por inovação inteligente.» (Bruno Horta Soares, IL, no Debate sobre Ciência e Inovação em Portugal, 29/02/24)

Quão inovador e inteligente é produzir conhecimento científico sustentado em baixos salários, desvinculados de dignidade? Não é inovador porque de novo tem zero. É o mesmo problema de sempre.

Para o caminho da dignidade laboral na ciência podes contar com quem esteve e estará sempre ao teu lado. O trabalho dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, a respeito de ciência e ensino superior, neste ciclo parlamentar que chegou ao fim, é o reflexo disso mesmo.. Um trabalho que podemos elencar em 5 pontos principais:

1º: A rejeição da lógica da competitividade e a glorificação da “excelência”, que favorece quem já tem condições para actividades de I&D, agravando desigualdades e assimetrias;

2º: A defesa de um regime de gestão partilhada, prevendo uma distribuição equilibrada de recursos entre os Estados-Membros, com vista à diminuição das desigualdades das capacidades e actividades de I&D entre si;

3º: A recusa da concepção mercantilista do conhecimento e da investigação, nomeadamente por via de parcerias público-privadas e a canalização dos fundos europeus da investigação para os projectos que obedeçam aos objectivos políticos ditados pela UE;

4º: A denúncia da precariedade a que os investigadores e cientistas estão sujeitos, contrariando até muitas das recomendações da Carta Europeia dos Investigadores, e a defesa dos direitos laborais e sociais, como a valorização das carreiras; e

5º: A defesa do acesso livre a comunicações científicas, opondo-se ao negócio das editoras do setor, bem como à utilização de métricas como “fator de impacto”.

O PCP defende a sua posição pelos deputados eleitos no parlamento português e pelos deputados que serão eleitos no parlamento europeu, defende-a pelos comunistas que fazem parte da tua Instituição de Ensino Superior e por todos os que se mobilizam para as greves, manifestações, debates e acções públicas de denúncia da precariedade na ciência.

Por uma ciência estável, assente em trabalho digno, pública e livre: dia 9 de junho vota CDU!

